

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONCURSO PÚBLICO**

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO



DIA - 20/12/2009

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

HUAC

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 01 - Considere que um servidor público federal foi aprovado em concurso público. Em face dessa situação julgue a alternativa INCORRETA sobre a posse desse servidor:
- a) É ato posterior à nomeação.
 - b) Dar-se-á pela assinatura de um termo em que constarão as atribuições, deveres, responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado.
 - c) O servidor nomeado possui o prazo de trinta dias contados a partir da vigência do ato de provimento.
 - d) A posse somente ocorrerá se o empossado for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
 - e) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.
- 02 - O retorno do servidor público federal estável ao cargo anteriormente ocupado em face de ter sido investido e empossado em outro cargo público, mas julgado inabilitado em estágio probatório, compreende
- a) aproveitamento.
 - b) readaptação.
 - c) reintegração.
 - d) recondução.
 - e) readmissão.
- 03 - A lei 8.112/90 preconiza que é permitido o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, para outro órgão ou entidade da própria Administração Pública Federal. Essa situação representa um(a):
- a) readaptação.
 - b) recondução.
 - c) aproveitamento
 - d) remoção.
 - e) redistribuição.
- 04 - Nos termos da lei 8.112/90 entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por
- a) trinta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
 - b) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
 - c) quarenta e cinco dias, interpoladamente, durante o período de dezoito meses.
 - d) quinze dias, interpoladamente, durante o período de três meses.
 - e) noventa dias, interpoladamente, durante o período de 24 meses.
- 05 - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com
- a) duas advertências.
 - b) duas suspensões.
 - c) demissão.
 - d) uma advertência e uma suspensão.
 - e) destituição de cargo
- 06 - A acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas injustificadamente apurada em razão do devido processo legal, segundo a lei 8.112/90 prenuncia que seja aplicada a penalidade de
- a) advertência.
 - b) suspensão.
 - c) demissão.
 - d) indisponibilidade.
 - e) destituição de função.
- 07 - Relativamente às penalidades previstas na lei 8112/90, está previsto que as penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de:
- a) 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - b) 2 (dois) e 4 (quatro) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - c) 1 (um) e 2 (dois) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - d) 4 (quatro) e (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, ainda que o servidor tenha praticado nova infração disciplinar nesse período.
 - e) 6 (seis) meses e 1 (um) ano de efetivo exercício, respectivamente, ainda que o servidor tenha praticado nova infração disciplinar nesse período.

- 08 - Será obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por:
- a) 15 dias. b) mais de 15 dias. c) 30 dias. d) mais de 30 (trinta) dias. e) 60 dias.
- 09 - Nos termos da lei 8.112/90, o inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito. Nesta fase, tipificada a infração disciplinar, havendo dois ou mais indiciados a comissão providenciará que sejam citados por mandados expedidos pelo presidente da comissão, para apresentar defesa escrita no prazo de:
- a) 10 dias b) 15 dias. c) 20 dias. d) 30 dias. e) 45 dias.
- 10 - Analise os itens seguintes relativos as penalidades previstas na lei 8.112/90 e marque as corretas:
- I - Inassiduidade habitual é caso de suspensão.
 II - Incontinência pública e conduta escandalosa, são casos de advertência escrita.
 III - Ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem, é causa de demissão.
 IV - Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo é causa de demissão.
- Assinale a opção correta:
- a) I e II. b) I e IV. c) III e IV. d) II, III e IV. e) I, II, III e IV.
- 11 - Com referência à ação disciplinar, assinale a alternativa INCORRETA.
- a) Prescreverá em 2 anos a ação disciplinar, quanto à suspensão.
 b) Prescreverá em 180 dias a ação disciplinar, quanto á advertência.
 c) Prescreverá em 5 anos a ação disciplinar, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
 d) Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir da data em que o fato se tornou conhecido.
 e) A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
- 12 - Tratando-se da aposentadoria do servidor público, nos termos da lei 8.112/90, é INVERÍDICO afirmar: o servidor será aposentado
- a) por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos.
 b) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
 c) voluntariamente aos 35 anos de serviço, se homem, e aos 30 se mulher, com proventos integrais.
 d) voluntariamente aos 30 anos de efetivo exercício em funções de magistério se professor, e 25 se professora, com proventos integrais.
 e) voluntariamente aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- 13 - Julgue verdadeiros (V) ou falsos (F) os itens referentes a seguridade social do servidor público, segundo a lei 8.112/90, e assinale a opção que indica a sequência correta.
- I - A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 meses.
 II - Expirado o período de licença e não estando em condições o servidor de reassumir o cargo ou de ser readaptado, ele será aposentado.
 III - A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.
 IV - A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia subsequente em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.
- a) V,V,V,V,F. b) F,F,V,V. c) V,V,V,V. d) F, V, F,V. e) F,F,F,F.

14 – Marque a assertiva INCORRETA.

- a) O salário-família é devido ao servidor ativo ou ao inativo, por dependente econômico.
- b) Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família o cônjuge ou companheiro;
- c) Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade.
- d) Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família os filhos estudante até 24 anos.
- e) Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família os filhos inválidos de qualquer idade.

15 – NÃO é benefício do Plano de Seguridade Social do servidor o(a)

- a) auxílio-natalidade.
- b) auxílio-acidente.
- c) licença para tratamento de saúde.
- d) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade.
- e) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias.

16 – Segundo a lei 8.112/90, em relação à família do servidor ativo, o auxílio-reclusão é devido no valor,

- a) de dois terços da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.
- b) de metade da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.
- c) de um terço da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.
- d) integral da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.
- e) de um sexto da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.

17 – Na aplicação de uma penalidade nos termos da lei 8.112/90, NÃO será(ão) considerado(s)

- a) a natureza da infração cometida.
- b) a gravidade da infração cometida.
- c) os danos que dela provierem para o serviço público.
- d) as circunstâncias preponderantes de aumento ou diminuição.
- e) os antecedentes funcionais.

18 – Configura ato de suspensão, no exercício da função pública a

- a) improbidade administrativa.
- b) reincidência das faltas punidas com advertência.
- c) incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- d) revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- e) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

19 – Em relação à assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, é FALSO afirmar que compreende

- a) assistência hospitalar.
- b) assistência farmacêutica.
- c) assistência protética.
- d) assistência psicológica.
- e) assistência odontológica.

20 – NÃO é beneficiário da pensão vitalícia, conforme a lei 8.112/90:

- a) A pessoa divorciada, com percepção de pensão alimentícia.
- b) A separada judicialmente com percepção de pensão alimentícia.
- c) A pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos.
- d) O cônjuge.
- e) A pessoa portadora de deficiência, ainda que não dependente economicamente do servidor.

- 21 – Segundo a lei 8.112/90, é INCORRETO afirmar que os beneficiários das pensões temporárias são
- os enteados, até 21 anos de idade.
 - os enteados, se inválidos, enquanto durar a invalidez.
 - o menor, sob guarda ou tutela, até 21 anos de idade.
 - o irmão órfão, até 21 anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor.
 - a pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 18 anos, ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.
- 22 – Assinale a opção que NÃO representa hipótese de perda da qualidade de beneficiário.
- O seu falecimento.
 - A anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge.
 - A cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido.
 - A desistência expressa.
 - A maioria de filho e irmão órfão .
- 23 – De acordo com a lei 8.112/90, o auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a
- um mês da remuneração ou provento.
 - dois meses de remuneração ou provento.
 - um terço da remuneração ou provento mensal.
 - metade da remuneração ou provento mensal.
 - um quarto da remuneração ou provento mensal.
- 24 – Quanto ao auxílio-funeral e ao auxílio-reclusão, assinale a alternativa NÃO verdadeira.
- No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio-funeral será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.
 - O auxílio-funeral será pago no prazo de 36 horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.
 - Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado.
 - O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.
 - Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da União, autarquia ou fundação pública.
- 25 – O servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido a lei 8.112/90 determina que a ausência não excederá:
- 6 anos e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.
 - 5 anos e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.
 - 4 anos e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.
 - 3 anos e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.
 - 2 anos e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

- 26) – Em relação à licença para tratamento de saúde, assinale a opção INCORRETA, consoante a lei 8.112/90.
- A licença para tratamento de saúde que exceder o prazo de 90 dias, no período de 12 meses, a contar do primeiro dia de afastamento, será concedida mediante avaliação por junta médica oficial.
 - Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
 - A licença para tratamento de saúde será concedida com base em perícia oficial
 - Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.
 - A licença para tratamento de saúde inferior a 15 dias, dentro de 1 ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.
- 27) – Tratando-se da revisão de processo disciplinar segundo a lei 8.112/90, assinale a alternativa FALSA:
- O processo disciplinar poderá ser revisto no prazo de 5 anos, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.
 - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.
 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.
 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.
- 28) – A respeito da acumulação de cargo público analise os itens a seguir e marque os corretos.
- A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.
 - O servidor não poderá exercer sem exceção mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.
 - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
 - Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.
- A quantidade de itens corretos é igual a:
- 4.
 - 3.
 - 2.
 - 1.
 - 0.
- 29) – NÃO é correto afirmar, sobre o tempo de serviço exposto na lei 8.112/90, que
- é contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas.
 - a apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.
 - são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de exercício de participação em programa de treinamento regularmente instituído.
 - são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República.
- 30) – Segundo a lei 8.112/90, é INCORRETO afirmar que o servidor poderá ausentar-se do serviço por
- 1 dia, para doação de sangue.
 - 2 dias, para se alistar como eleitor.
 - 8 dias consecutivos em razão de casamento.
 - 8 dias consecutivos em razão falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
 - 8 dias consecutivos caso tenha cônjuge, filho ou dependente internado em unidade hospitalar.

HUAC